

GRUPO PARLAMENTAR DO PS-AÇORES
INTERVENÇÃO PLENÁRIO DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2008
TEMA: HABITAÇÃO, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEPUTADO **JOSÉ CARLOS SAN-BENTO**

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Secretários

Cumprimos por estes dias a praxe anual de debate e aprovação do Orçamento e Plano de Investimentos da Região para o próximo ano, neste caso, o último da actual legislatura.

Em Abril de 2005, aprovamos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento orientador da acção governativa do PS até final de 2008, cujo desenvolvimento se completa com este Plano e Orçamento para 2008, pese embora o actual ciclo político se estenda bem para além do próximo ano.

O Programa de Governo enquadra o núcleo de competências da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos nos seguintes dois grandes objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se insere as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos, e Protecção Civil, estas desenvolvidas no Programa 19.

O segundo grande objectivo estratégico do actual Programa de governo, **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**, orienta as políticas de Equipamentos Públicos; e Construção e Reabilitação de Estradas Regionais, desenvolvidas nos Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas públicas de promoção de habitação constituem, desde 1996, um eixo central do modelo de desenvolvimento que o PS implementa na Região.

O projecto político do PS representou, ao longo dos últimos 11 anos, uma viragem profunda na política de promoção de habitação. Constituindo uma prioridade assumida que é desenvolvida para as pessoas e para as famílias açorianas. Não se trata assim de nenhuma paixão fontista nem de nenhum campeonato de obras. Os Governos do PSD, dos tempos de Natalino Viveiros e de Costa Neves é que tinham um verdadeiro fascínio por obras, ao ponto de construir o que não tinham condições de pagar a tempo e horas.

Que diferença para esses tempos de convulsão e descrédito dos governos do PSD.

Hoje a política de investimentos públicos é planeada e desenvolvida com rigor e transmite confiança para aos agentes económicos. O Sector da Habitação é disso um claro exemplo. Absorve avultadíssimos recursos financeiros que são canalizados para a requalificação e

renovação do parque habitacional na Região; para a construção de habitação própria e construção a custos controlados; para apoios às famílias tendo em vista a reabilitação, reparação e beneficiação das suas habitações. E também para dar cumprimento a diversos acordos de parcerias com entidades externas à Região.

Durante a actual Legislatura também se procedeu a importantes reformas legislativas. Designadamente à aprovação do novo regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente. Importante reforma política que adequou o quadro normativo desse sector aos novos desafios e necessidades da Região em matéria de habitação. Reforma que sucedeu a outra alteração política dos governos do PS: a do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados.

Foram estas novas políticas, adequadas a novos tempos, que permitiram ao Governo inovar e assumir o seu papel de interventor directo e também de regulador do mercado de habitação. Um mercado que, há que afirmá-lo, se encontra em alguns concelhos dos Açores sobreaquecido e representa um factor de pressão social e de irracionalidade económica que urge controlar.

O governo e bem, revela competência e visão política na manipulação da oferta do sector. É por isto que este governo investirá, até ao final desta legislatura, mais de 71 milhões de euros em política de Habitação, disponibilizando mais de 300 fogos por ano, só em regime de custos controlados, direccionados para as famílias com dificuldade em adquirir habitação própria no mercado de venda livre.

Todas estas medidas permitiram, também, ano após ano, integrar a política de habitação como um elemento essencial da promoção de inclusão social e da luta contra a pobreza. Nunca é demais lembrar que o projecto de sociedade que o PS protagoniza, desenvolve uma abordagem multidisciplinar ao problema da exclusão e da pobreza, articulando habitação, educação, qualificação, emprego e promoção de oportunidades, assegurando assim uma autêntica rede de garantias sociais.

O Betão, ou se preferirem as inúmeras obras que o PSD tanto critica, é um factor muito relevante na política social desenvolvida pelo PS, nomeadamente na dotação infra-estrutural indispensável para estruturar qualquer política social digna desse nome. Olhe-se hoje, em finais de 2007, para a Vila de Rabo de Peixe para se compreender a importância da componente física e dos equipamentos na política social

A este propósito, convém também referir a grande aposta assumida pelo Governo no reforço do apoio à habitação degradada e nos apoios aos programas de realojamentos, cujo conjunto de verbas superará os 9 milhões de euros de investimento público em 2008. Este enorme esforço continuado dos Governos do PS permitirá que no final desta Legislatura se termine o plano de erradicação de barracas e elimine muitas outras situações indignas que

infelizmente ainda persistem na Região. É mais betão, são mais obras ao serviço das pessoas, ao serviço das famílias mais carenciadas.

O GPPS salienta que a promoção de habitação por parte do GR tem tido também uma lógica verdadeiramente regional, com investimentos relevantes em todas as ilhas, discriminando positivamente as cinco ilhas da coesão que contam com majorações específicas. A Política de Habitação desempenha, assim, um papel central na prossecução do objectivo da coesão regional. Uma coesão que também passa pelo maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região.

Mas falarmos de Coesão é também falarmos do Modelo de Desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores. Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social, e a coesão que ambicionamos para a Região, é imprescindível melhorarmos e reforçamos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial tal como tem vindo a ser feito de forma notável pelo governo Regional. É mais betão, são mais obras ao serviço das pessoas, ao serviço da coesão social, económica e territorial dos Açores.

E em relação a esta matéria devemos ser absolutamente claros! Nós, nos Açores, só podemos ter expectativas de sucesso nas políticas de Coesão se mantivermos uma participação activa do Governo Regional em sectores imprescindíveis para sustentar o desenvolvimento económico. Sectores que não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada. Não se trata, por isso, de promover uma competição entre o Governo e os privados, mas sim de obter uma síntese adequada entre os dois que permita atenuar, ou vencer, constrangimentos que o mercado sozinho nunca seria capaz de resolver. Defender por isso que o Governo está omnipresente e que impede o desenvolvimento do sector privado é absurdo do ponto de vista económico e errado do ponto de vista social. Todavia, é muito esclarecedor do ponto de vista político!

O PS acredita convictamente na coesão regional e constata com satisfação que o Plano de Investimentos da Região para 2008 continua a materializar este desígnio, tendo mesmo, como um dos exemplos mais expressivos dessa realidade, o Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais que absorverá mais de 53 milhões de euros no próximo ano e que, em conjunto com outras infra-estruturas de acessibilidades, é essencial para a materialização da coesão territorial.

Continuaremos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade da plataforma rodoviária regional, melhorando as acessibilidades, reforçando a mobilidade e promovendo o desenvolvimento e a coesão também através da reabilitação, da conservação e da construção de novos troços de estradas. Investindo, por essa via, **em todas as ilhas dos Açores**, dando sustentação estrutural ao modelo de desenvolvimento socio-económico com que o PS tem governado os Açores.

Um modelo de desenvolvimento que também assenta no importante volume de negócios do sector da Construção Civil e Obras Públicas. Quer por via do volume de negócios, mais de 550 milhões de euros em 2006, quer por via do peso do sector na estrutura de emprego da Região, com quase 15% dos activos, traduzidos em mais de 16 mil postos de trabalho em 2005. O que representa mais de 12% do Valor Acrescentado Bruto da economia regional.

O GPPS salienta ainda o papel importante que o Governo continuará a desempenhar nos apoios à renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando um claro avanço na melhoria qualitativa desse importante serviço nos Açores.

O GPPS constata com satisfação que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma atenção especial da parte da SR. Trata-se de uma prioridade importante que permitirá reduzir os índices de sinistralidade que actualmente não sendo alarmantes devem merecer uma atenção cuidada.

Gostaríamos ainda de destacar, nesta abordagem que procedemos às áreas da competência da SRHE, o papel de influência que o GR tem que continuar a desenvolver junto do sector empresarial de comunicações e de telecomunicações.

Os Açores, pelas suas características geográficas e sociais, estão potencialmente expostos a insuficiências e desigualdades em serviços como: o acesso à Internet em banda larga, a cobertura da rede de comunicações móveis, ou mesmo no funcionamento e na eficácia do sector das comunicações postais.

Embora não tendo a tutela directa sobre as empresas prestadores desses serviços, é fundamental que o Governo mantenha a pressão política necessária para salvaguardar o interesse público da Região no acesso a serviços estratégicos, mas que parecem deficientemente regulados no nosso País.

Quanto à área da Protecção Civil. Hoje, é bem visível a viragem que concretizámos na forma de encarar a prevenção e a protecção dos açorianos perante riscos colectivos inerentes às características naturais da nossa Região.

Para o próximo ano o Governo assegura, pela expressão financeira que inscreve no seu plano de Investimentos, a continuação do ciclo de dotação infraestrutural, de grandes melhorias operacionais, de dignificação e de formação dos agentes do sector nos Açores. Merece também destaque os investimentos na aquisição de material e viaturas para as corporações de Bombeiros, que serão reequipadas com novos e mais meios de intervenção e salvamento.

O esforço desenvolvido pelos governos do PS em matéria de Protecção Civil terá continuidade em 2008, atingindo um volume global de investimentos superior 8 milhões de euros. Trata-se de um esforço muito relevante e representa um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações, pela parceria técnico-científica com a Universidade dos Açores e pelo reforço

de meios canalizados para o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. E também passa por diversas obras, por muitas obras. Por obras que os Sr's Deputados do PSD da Comissão Parlamentar de Política Geral bem sabem da importância, por via das diversas reuniões que esta Comissão tem desenvolvido com inúmeros parceiros do sector.

Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

É indiscutível o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar. Perfeitamente visível em quantificações agregadas, respeitantes à actual Legislatura.

Destacamos, o fortíssimo nível de investimento público, sem precedentes, que permitirá investir em quatro anos mais de 158 milhões de euros em Habitação, contando com as verbas do Sismo; mais de 27,8 milhões de euros em Protecção Civil; 4,5 milhões em Equipamentos Públicos; e mais de 200 milhões de euros se considerarmos a construção e reabilitação de Estradas e os apoios aos Transportes Terrestres.

Registamos, igualmente, a sustentabilidade dessa despesa de investimento ao longo de toda a legislatura, e por fim, salientamos ainda, o cumprimento de praticamente todos os nossos compromissos eleitorais.

Apesar deste balanço extremamente positivo, o GPPS não se detém em contemplanções. Os açorianos podem continuar a contar com o inconformismo do PS para continuarmos a desenvolver o actual ciclo político para além desta legislatura, bem para além de 2008. Pois estamos perante a conclusão de mais uma legislatura, não estamos perante o fim de nenhum ciclo político.

O GPPS entende, por isso, ser este o momento de dirigir a este Parlamento e à Região uma mensagem clara de determinação, de confiança e de orientação para o futuro.

Vamos continuar a governar os Açores e vamos recorrer a todas as obras e todo o betão que for necessário para reduzir as assimetrias sociais, económicas e territoriais das diferentes Ilhas e para reforçar o desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região. Algo que o PSD parece não compreender nem acreditar!

Os Açorianos podem, assim, continuar a confiar no PS, neste governo, nesta maioria e neste presidente. Pois, tal como diversas vezes referi no passado, a maioria absoluta do PS nesta Assembleia continuará a garantir as condições de estabilidade e governabilidade; de credibilidade e integridade; e de confiança e entusiasmo. Condições essenciais para concretizar o modelo de desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores e que queremos a todo o custo continuar a aprofundar.

Disse!
Horta, Sala das Sessões, em 28 de Novembro de 2007